



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

---

CONTRATO N° 09/2010

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A PROCURADORIA  
GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ E A  
EMPRESA PRIME TECNOLOGIA  
LTDA – PROSOFT PIAUÍ.**

Aos 14 (Quatorze dias) do mês de JULHO do ano de dois mil e dez, compareceram, de um lado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ, por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, situada na Rua Álvaro Mendes 2294, centro, CEP: 64000-060, Teresina-PI, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual N° 12, de 18 de dezembro de 1993, em seqüência designado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa PRIME TECNOLOGIA LTDA – PROSOFT PIAUÍ, inscrita no CNPJ sob o nº 07.024.028/0001-08, estabelecida na Rua Valença , nº 3453, Sul Loja B, bairro Tabuleta, Teresina - PI, representada neste ato pelo Sr. Tertulino Ribeiro Passos, inscrito no CPF sob o nº 181.445.433-00, aqui designado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE**

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Tertulino Ribeiro Passos", is placed here.

**GERENCIAMENTO DE SETOR PESSOAL**, conforme os preceitos da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e mediante as condições expressas na Proposta Comercial colacionada aos autos do Processo Administrativo nº 383/2010, e , ainda, mediante seguintes Cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Este Contrato tem por objetivo a aquisição de 01 (um) Sistema de Gerenciamento de setor pessoal com: emissão de folha de pagamento, rescisão, férias, controle de férias e contratos, folha de pagamento eletrônica (folha com crédito em conta corrente), geração de RAIS, SEFIP, CAGED, DIRF etc, por empresa especializada, para o Ministério Público do Estado do Piauí, conforme as condições e especificações a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR
01	Software de gestão da área pessoal, atendendo de forma prática a legislação trabalhista e previdenciária, com as principais funções: emissão de GFIP, CAGED, GPS, RAIS,DIRF, rescisão, férias, dentre outras.	UND	01	R\$ 220,00
02	A manutenção do sistema com 04 acessos pelo prazo de 12 meses.	MÊS	12	R\$ 570,00 Mensais (12MESES)
VALOR TOTAL				R\$ 7.060,00

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1. Integra e complementa este Contrato, independentemente de transcrição A Proposta Comercial da empresa PRIME TECNOLOGIA LTDA – PROSOFT PIAUÍ.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO**

3.1. Manutenção mensal consiste na atualização do sistema conforme alteração na legislação em vigor bem como adequação para melhor funcionalidade do sistema. Compõe também a manutenção visitas técnicas para esclarecimento de dúvidas e treinamentos. As dúvidas, sugestões e demais consultas poderão ser realizadas por meio de sua senha de acesso na Central On-Line, onde o usuário ainda poderá atualizar seu sistema.



## **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. A CONTRATANTE obriga-se a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias para o pleno cumprimento das obrigações que lhe são atribuídas através deste instrumento contratual, como:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- b) efetuar, mensalmente, o pagamento à CONTRATADA, pelos serviços executados, mediante a apresentação de notas fiscais/faturas, devidamente atestadas pelo setor competente;
- c) exigir, para efeito de pagamento, documentos que comprovem a regularidade da CONTRATADA, junto a Fazenda Estadual, como também junto ao INSS e FGTS;
- d) notificar a CONTRATADA de toda e qualquer irregularidade constatada na execução deste Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar os serviços, objeto deste Contrato, utilizando técnicos devidamente capacitados, uniformizados e identificados, utilizando equipamentos indispensáveis ao desempenho das atribuições que lhes são conferidas através deste instrumento de Contrato;
- b) responsabilizar-se pelo transporte do pessoal utilizado em serviço, bem como alimentação, e outros benefícios previstos na legislação vigente;
- c) responsabilizar-se pelas despesas com materiais, salários e vantagens, ainda que decorrentes de acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, previsto na legislação trabalhista;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
- e) recomendar ao pessoal, quando em atividade, de se abster de execução de qualquer atividade não correlata ao desempenho da missão que lhe for confiada;
- f) realizar periodicamente, reciclagem profissional do pessoal, proporcionando adequando conhecimento técnico, específicos à sua atividade;



g) não transferir, a outrem, a qualquer título, no todo ou em partes, os serviços objetos deste Contrato;

h) manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazenda Estadual, apresentando os respectivos comprovantes (certidões);

i) aceitar nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.

j) havendo indícios de irregularidades, ou ainda, nos casos em que os serviços prestados apresentem características diferentes das contidas no edital, os produtos/serviços deverão ser trocados/corrigidos pela CONTRATADA no prazo máximo de 2 (dois) dias;

k) a inobservância ao disposto no subitem anterior implicará o não pagamento do valor devido à CONTRATADA, até que haja a necessária regularização, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Parágrafo Único: Os empregados da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época devida.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente, totalizando o VALOR GLOBAL de R\$ 7.060 (sete mil e sessenta reais).

6.2. Caso o início da vigência contratual não coincida com o início do respectivo mês, nesse mês e no último mês de vigência os valores serão rateados proporcionalmente aos dias do mês em curso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7.1. Este Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**



8.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) o não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) a decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- k) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) a suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature, on the left, appears to be a stylized 'S' or 'J'. The second signature, on the right, appears to be a stylized 'K'.

- n) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES/SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos contratantes as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
  - b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
  - b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor parcial do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
- c) impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

9.2. O valor da multa, aplicado após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

9.3. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c”, do item 9.1. poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea “b”.

9.4. As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

9.5. Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 9.1 poderão ser interpostos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

A handwritten signature and initials are present at the bottom right of the document. The signature appears to be a stylized 'G' or 'S' followed by a large 'F'. To its right is a large, simple 'X' mark.

9.6. No caso das penalidades previstas no item 9.1, alínea “e”, caberá pedido de reconsideração ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

9.7. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades legais;

9.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Único de Fornecedores de Materiais, Bens e Serviços para a Administração Direta e Indireta do Estado do Piauí (CADUF), e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. Das decisões proferidas pela Administração caberão recursos, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de:

- a) aplicação das penas de advertência ou multa;
- b) rescisão do Contrato;

Parágrafo Único: O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade competente, devendo neste caso a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Aplica-se a este contrato a Lei nº. 8.666/93 e nos casos omissos o Código de Defesa do Consumidor bem como o Novo Código Civil.

12.2. A CONTRATADA se obriga a utilizar forma “privativa” e “confidencial”, das instalações da CONTRATANTE para execução do contrato.

12.3. Para efeito deste Contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a Lei e o presente Contrato assegurem as partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



13.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do seguinte Elemento de Despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, Atividade 2110, Fonte de Recurso 00.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE**

14.1. Os preços inicialmente propostos serão fixos e irreajustáveis durante a vigência inicial do contrato, ressalvado o disposto na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Na hipótese prevista no item anterior, ou em caso de prorrogação do contrato após decorridos os primeiros 12 (doze) meses de vigência, o valor do Contrato poderá ser reajustado de acordo com a variação do IGP-DI da FGV ou outro índice setorial que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

14.3. Em ambos os casos, caberá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso e a demonstração analítica de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

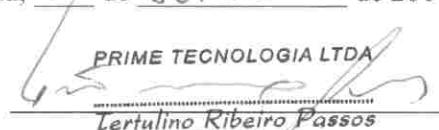
15.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça da Comarca que pertence o Município de Teresina no Estado do Piauí.

E por estarem justos e contratados, assinam este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Teresina, 14 de JULHO de 2010.



AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE  
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



PRIME TECNOLOGIA LTDA  
*Tertulino Ribeiro Passos*  
Técnico

PRIME TECNOLOGIA LTDA

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. Afonso Oliveira da Silva  
Nome: AFONSO OLIVEIRA DA SILVA  
CPF: 577.936-383-87.

2. Joacy dos Santos Alves  
Nome: Joacy dos Santos Alves  
CPF: 577.521.403-04  
Técnico em Contabilidade  
CRC/PI 5243/Q-1

PORTEIRIA N° 689/2010

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, Dr. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE DESIGNAR o Promotor de Justiça JOSÉ METON DE SOUSA GOMES FILHO, titular da Promotoria de Justiça do Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Pedro II, de 3ª entrância, para, sem prejuízo das funções que exerce, auxiliar na sessão do Tribunal Popular do Júri, dia 15.07.2010, às 8:00, nos autos do Processo nº 234/2002, que tramita na Comarca de Cristalândia, movido pelo Juiz da Pácia em desfavor do réu Edson Veras de Carvalho Filho, falecido, como vítima Geótilene Alves de Andrade, pluri homicida pela prática do delito capitalizado no art. 171, 2º inciso II e IV do Código Penal. Conforme teor do ofício nº 054/2010, datado de 31 de maio de 2010. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 09 de julho de 2010. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, Procurador Geral de Justiça.

PORTEIRIA N° 690/2010

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, Dr. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE EXONERAR, a pedido, AUGUSTO FERREIRA ALMEIDA do cargo em comissão de Coordenador Técnico (CC-09), comanditando a Coordenação do Controle Disciplinar, vinculada à Coordenadoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de julho de 2010. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, Procurador Geral de Justiça.

PORTEIRIA N° 691/2010

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, Dr. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE NOMEAR VANESSA NIRVANA FEITOSA GOMES para exercer o cargo em comissão de Coordenador Técnico (CC-09), comanditando a Coordenação do Controle Disciplinar, vinculada à Coordenadoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de julho de 2010. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, Procurador Geral de Justiça.

PORTEIRIA N° 692/2010

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, Dr. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE DESIGNAR a Promotora de Justiça EVERANGÉLICA ARAÚJO BARROS, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Simõeslândia, de 3ª entrância, para, sem prejuízo das funções que exerce, desempenhar função relativa ao Inquérito Policial nº 75/2008, em trâmite na Comarca de Campinas do Piauí, tendo como vítima Cid de Araújo Moura Júnior. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de julho de 2010. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, Procurador Geral de Justiça.

PORTEIRIA N° 693/2010

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Dr. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais, e conforme artigo 3º, IV, §1º da Lei nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE: I - Designar o Promotor Marcelo de Jesus Monteiro Araújo, para a função de Procurador do MP-PI. II - Designar o servidor Sérgio Ricardo Rodrigues Silva, matrícula nº 103, para a função de Procurador do MP-PI. III - Designar os servidores Afrânio Oliveira de Oliveira, matrícula nº 15, Ana Karina da Silva de Castro, matrícula nº 17, Marcus Roberto Barreiras Modesto, matrícula nº 19, Marcos de Souza Couto, matrícula nº 16/12, Cleusa Ferreira da Silva, matrícula nº 18/10, IV - Designar o servidor Afrânio Oliveira de Oliveira, para, em caso de afastamento, impedimento ou quando a demanda do trabalho exigir, substituir os propositos; V - Recomendar ao servidor Marcione Rodrigues de Carvalho, matrícula nº 16/55, que, quando

solicitado pelos pregoeiros, preste apoio técnico e operacional relacionados com todos os processos convocatórios do pregão: VI - Revogar a Portaria nº 27/2010-PGJ/PI. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de julho de 2010. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE-Procurador-Geral de Justiça.

PORTEIRIA N° 694/2010

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, Dr. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE DESIGNAR o Promotor de Justiça ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA, titular da Promotoria de Justiça do Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Picos, de 4ª entrância, para, sem prejuízo das funções que exerce, atuar nos autos do Processo nº 1330/2007, em trâmite na 3ª Vara da Comarca de Picos. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 09 de julho de 2010. AUGUSTO CÉZAR DE ANDRADE, Procurador Geral de Justiça.

deverão ser protocolizados temporizá-lo, no Protocolo Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí, Teresina, 14 de julho de 2010. Augusto Cezar de Andrade Procurador-Geral na justiça.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÉNIOS  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ fará público, nos interessados a realização do Pregão Presencial nº 22/2010.

Objeto: O registro de preços pelo prazo de dezenas meses, para eventual contratação da empresa especializada para prestação do serviço de internet dedicada de 4 Mbps, conforme especificações contidas no Termo de Referência, que é parte anexa do edital.

Total de Lotes Licitados: Lote Único.

Edital Disponível: a partir de 16 de julho de 2010 no site [www.pmp.pi.gov.br](http://www.pmp.pi.gov.br), na área Coordenadoria de licitações, contratos e convênios. Poderá ser obtido também por meio de penteado, ou mídia óptica (CD).

Endereço: Rua Álvaro Mendes, 229 – Centro, FEP 64.000-060, Teresina-PI, sala 406 - Coordenadoria de licitações, contratos e convênios, Fone 3210-4629.

Entrega das Propostas: até as 8:00h

Abertura das Propostas: 28/07/2010 às 8:00h

Pregoeiro: Sérgio Ricardo Rodrigues Silva

TERMO DE CONTRATO

a)Espécie: contrato nº 09/2010, firmado em 14 de julho de 2010, entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí e a Empresa PRIME TECNOLOGIA LTDA - PROSOFT PIAUÍ CNPJ: 07.024.028/0001-09

b)Objeto: aquisição de 01(item) Sistema de Gerenciamento do Setor Pessoal com interface de pagamento, recadastramento, folha de pagamento eletrônico, gerador de RAIS, SERP-CAGED, DI-TR-16, por empresa especializada, conforme especificações no referido contrato/ámbito da Prorrogação.

c)Modalidade: Dispensa nº 42.

d)Processo Administrativo: 08/2010 - 35918200 - CIC;

e)Vigência: 12 (doze) meses;

f)Cobertura Orçamentária: Natureza da Despesa: 3390890 (outros serviços de pessoal profissional); Alíquota: 2110, fonte de recursos: 00;

g)Valor mensal: R\$ 570,00, quinzenal e reajusta real;

h)Signatários: Pela contratação: a Empresa PRIME TECNOLOGIA LTDA - PROSOFT PIAUÍ, CNPJ: 07.024.028/0001-09, representado pelo dirigente-financeiro Passos, CPF: 181.445.433-00 e pelo contratante: Augusto Cezar de Andrade, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDRAGES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

IC N° 02/2009 - PJFEIS

INVESTIGADO: Clube das Classes Produtivistas do Piauí

PARECER N° 23/2010 - PJFEIS

Trata-se de Inquérito Civil instaurado no a filo de investigar possíveis irregularidades cometidas quando da venda da sede do Clube das Classes Produtivistas do Piauí, considerando as regras veiculadas pelos diversos títulos de propriedade da Capital. Compareceu, ainda, a essa Promotoria, São Raimundo Nonato Alves, sócio do clube, que afirmou não ter sido regularmente nomeado de Assembleia-Geral que determinou a venda.

Notificado a comparecer a esta F.E.I.S., o Presidente da Associação investidura, S. Cesar, 20 DE OLIVEIRA SOUTO, declarou que a sede do Clube das Classes Produtivistas foi vendida ao Grupo da Cachaça e Açucar e que essa venda não autorizada, pelos associados em Assembleia-Geral especial, houve convocada para esse fim e que havia feito ampla publicação, conforme rezam os autos, sendo sido a venda aprovada por votação, latente. Relatou ainda, que os valores recebidos pela alienação foram utilizados para pagamento de débitos que o clube e possuía com os mais diversos credores, cívidas trabalhistas, FGTS, água, luz, telefone, INSS, IPTU.

As inscrições e eventuais documentos que a instituição